

para obter crédito

Brasília — Dentro de duas semanas o governo Sarney inicia uma nova estratégia destinada a garantir a entrada de recursos novos (700 milhões de dólares), através do sistema de cofinanciamento, visando obter os recursos necessários para o financiamento dos programas de expansão do setor elétrico brasileiro. A idéia original, imaginada no início deste ano, de obter esses empréstimos através dos bancos comerciais privados, acabou abandonada, devido às dificuldades no processo de renegociação global da dívida externa brasileira.

O objetivo agora, segundo confidenciou um colaborador do ministro do Planejamento, João Sayad, é obter os mesmos 700 milhões de dólares através de organismos oficiais de créditos internacionais. Uma primeira missão segue nos próximos dias para o Japão, comandada pelo próprio ministro Sayad. Outra vai aos países nórdicos e uma terceira, ainda sem data fixada, irá até a Arábia Saudita negociar com os dirigentes do Fundo Saudita de Desenvolvimento.

O cofinanciamento

O cofinanciamento foi a fórmula encontrada pelas autoridades econômicas para a obtenção de dinheiro novo da comunidade financeira internacional sem passar pela ortodoxia do Fundo Monetário Internacional. Na verdade, o projeto previa a entrada de recursos externos até o valor de 1 bilhão 200 milhões de dólares (sendo 500 milhões de dólares do Banco Mundial e o restante dos bancos comerciais privados).

As dificuldades começaram a surgir quando o governo brasileiro sentiu que os bancos queriam, antes, uma definição a respeito da renegociação global dos 105 bilhões da dívida do país. O projeto de ter o Banco Mundial funcionando como uma espécie de substituto do FMI nos contatos com a comunidade financeira internacional, segundo explicaram os técnicos, acabou não dando certo. "O board do Banco Mundial, — presidido por Barber Comable — contudo, aprovou no dia 23 de setembro último a liberação da primeira parcela (no valor de 250 milhões de dólares) de um total de 500 milhões de dólares. A serem aplicados no programa elétrico brasileiro.

A segunda tranche, de acordo com a linguagem dos técnicos, deve ser liberada após as eleições de novembro. Mas antes deve envolver uma discussão política importante, relacionada com o congelamento dos preços e das tarifas dos serviços públicos. Os recursos serão aplicados no chamado Programa de Recuperação Setorial, referente à ampliação das linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica.

O congelamento

Para liberar a segunda parcela de 250 milhões de dólares, o Banco Mundial deverá pedir informações adicionais ao Brasil sobre o destino do congelamento dos preços. Os técnicos do BIRD, segundo indicou a assessoria de Sayad, estão em dúvida se a Eletrobrás terá condições de garantir uma melhoria anual da ordem de 1%, até 1989, na rentabilidade de suas concessionárias. No entanto, conforme o secretário de Controle das Estatais, Antoninho Mar-



Sob o comando de Conable, o BIRD liberou recursos

mo Trevisan, assinalou na semana passada, o novo orçamento das 179 empresas estatais do setor produtivo, a vigorar a partir de janeiro de 1987, não leva em conta eventuais aumentos de preços.

Não é apenas com o BIRD que o Brasil enfrenta dificuldades operacionais. Obstáculos surgiram também com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Pelo estatuto dessa instituição financeira, os chamados quatro grandes da América Latina — Brasil, México, Venezuela e Argentina — estão limitados a obter, no máximo, empréstimos no valor de 250 milhões de dólares por ano. Tal montante não atende mais ao dinamismo da economia brasileira, de acordo com a avaliação feita nos gabinetes da Seplan e da Fazenda.

O Brasil espera conseguir até o final deste ano uma solução para o problema, através de um aumento do capital do BID, que subiria para 24 bilhões de dólares. Com isso, o governo pretende obter empréstimos do BID, no período 1987/90, no valor mínimo de 1 bilhão de dólares anuais. Tal mudança de critério é importante, porque o país está amortizando, por ano, algo próximo a 1 bilhão 500 milhões de dólares — referentes a juros e ao principal de empréstimos do BID e do Banco Mundial.

Empréstimos setoriais

Com o BIRD, o Brasil conseguiu uma fórmula interessante de obter mais dinheiro no curto prazo, através dos chamados "empréstimos setoriais". Por este caminho, o gover-

no Sarney pretende garantir, até dezembro, pelo menos 1 bilhão de dólares, por meio de financiamentos específicos à agricultura e ao setor elétrico.

Por este mecanismo, os desembolsos são quase automáticos, enquanto pelo processo tradicional do BIRD, um financiamento de 500 milhões de dólares, por exemplo, pode levar até dez anos para o seu desembolso total. No caso, as liberações são efetuadas de acordo com os cronogramas físicos das obras.

O cofinanciamento, portanto, era outra saída interessante para o Brasil, na opinião dos técnicos. O seu êxito, contudo, continua sendo duvidoso, porque os bancos comerciais mostraram-se reticentes. A opção pelos organismos multilaterais de crédito, incluindo o Eximbank japonês e instituições oficiais de crédito da Arábia Saudita, parece ser uma saída importante para o governo brasileiro, às voltas com as pressões norte-americanas para um acordo de renegociação da dívida no figurino ortodoxo do FMI.

O que pode complicar as coisas é o alto valor dos recursos pretendidos pelo Brasil, 700 milhões de dólares em dinheiro novo. As negociações deverão apresentar caminhos definitivos no decorrer dos próximos 60 dias, justamente o período em que o ministro da Fazenda Dilson Funaro pretende concluir com a comunidade financeira internacional um acordo sobre a dívida brasileira fora dos moldes ortodoxos imaginados em Washington e Bonn.